

6

A implementação do ProUni na PUC-Rio e na UCB: um olhar sobre a dimensão meso-institucional do ProUni

No presente capítulo apresentaremos os resultados e análise dos dados coletados junto aos profissionais (coordenadores de cursos, gestores locais do ProUni nas IES e os alunos bolsistas ProUni), analisando como o Programa foi implementado nas respectivas IES e as percepções desses atores sociais sobre as dimensões macro-estruturais e meso-institucionais⁷².

Os dados e análises serão apresentados em dois blocos de dimensões analíticas, constituído por seis eixos de análise, como operacionalizados no quadro abaixo. Esclarecemos ainda que as dimensões microsociais serão apresentadas e analisadas no capítulo 6.

Quadro 4 – Dimensões analíticas e eixos de análise

Dimensões Analíticas	Eixos de análise
Macro-estrutural	1º Eixo) O ProUni como política pública de garantia do acesso ao ensino superior e inclusão social. 2º Eixo) O ProUni como política pública de democratização do acesso ao Ensino Superior e a Meritocracia Acadêmica. 3º Eixo) O ProUni como política pública e a interface entre o setor público e privado.
Meso-institucional	1º Eixo) Sistematização dos programas de bolsas de estudos nas IES pesquisadas e as mediações geradas pelo ProUni nesse cenário. 2º Eixo) O processo de implantação e organização do ProUni nas IES. 3º Eixo) As estratégias e ações implementadas pelas IES para garantir a permanência do aluno bolsista ProUni.

O campo empírico da pesquisa é constituído pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro e Universidade Castelo Branco (UCB). A delimitação do campo foi direcionada com base em três critérios: o primeiro deles, a natureza diversificada das duas IES, como destacamos anteriormente, caracterizadas como

⁷² No sentido de resguardar a identidade dos entrevistados, utilizamos a categorização de “Coordenador PUC n°” e “Coordenador UCB n°” e no caso da equipe gestora os códigos “Gestor PUC n°” e “Gestor UCB n°”. Esclarecemos ainda que, em material anexo à tese, a banca examinadora recebeu tabela explicativa da relação desses entrevistados. Quanto aos alunos bolsistas ProUni os mesmos foram identificados na tese com as categorias “Discente. PUC. n°” e “Discente. UCB. n°”, sendo resguardado junto aos referidos alunos o sigilo dessa identificação.

uma universidade com ênfase na pesquisa e de modelo voltado à pós-graduação; e a outra universidade centralizada no modelo de graduação profissional. O segundo critério foi a maior acessibilidade, ou seja, a possível facilidade da inserção como pesquisadora nessas instituições, em função do vínculo como aluna de pós-graduação na PUC-Rio e como docente na UCB. O terceiro critério foi direcionado pela diversidade de natureza das IES e sua trajetória de quinze anos no processo de concessão de bolsas de estudo aos alunos de graduação; uma vez que a PUC-Rio, enquanto instituição confessional e filantrópica, possui trajetória na concessão de bolsas de estudo; e a UCB, universidade particular, inicia o seu processo de sistematização do programa de bolsas em 2005, a partir da implementação do ProUni.

6.1

Breve apresentação das IES que constituem o campo empírico da pesquisa

No sentido de clarificar o presente capítulo, faz-se necessário apresentar brevemente as instituições de ensino superior, destacando sua missão institucional e organização do processo de concessão de bolsas de estudos no âmbito da graduação.

6.1.1

Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – PUC-Rio

A Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro é uma universidade particular e confessional, que tem um caráter comunitário, enquanto está ligada a um grupo social que aceita a inspiração da tradição humanístico-cristã da Igreja Católica e, ainda, enquanto em sua atuação se concebe como uma instituição prestadora de um serviço de interesse público. De acordo com as informações do site da PUC-Rio:

Sua legitimidade como entidade particular, confessional e comunitária está fundamentada nos seguintes princípios estabelecidos pela Constituição da República do Brasil: 1) "liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber" (art. 206, II); 2), "pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino" (art. 206, III). Inserida numa sociedade pluralista, a PUC-Rio tem sua identidade própria, fundamentada na concepção cristã do homem e do universo. (www.puc-rio.br).

A Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro é uma instituição dedicada ao ensino, à pesquisa e à extensão, tendo como objetivos a promoção da cultura, nos planos intelectual, estético, moral e espiritual; o desenvolvimento do ensino e incentivo à pesquisa e ao processo de investigação; a formação de profissionais competentes e habilitados; a disposição do conhecimento científico a serviço da comunidade; e intercâmbio com instituições educacionais, científicas e culturais. Oferece os seguintes cursos de graduação distribuídos pelos seguintes centros de ciências: **Centro de Teologia e Ciências Humanas (CTCH)**, constituído pelos cursos de Artes e Design, Educação, Filosofia, Letras, Psicologia e Teologia; **Centro Técnico Científico (CTC)**, formado pelo Ciclo Básico⁷³, Física, Matemática, Química, Engenharia, Informática; **Centro de Ciências Sociais (CCS)**, constituído pelos cursos de Administração, Comunicação social, Direito, Economia, Serviço Social, Geografia, História, Sociologia e Política, Relações internacionais, Arquitetura e Urbanismo.

A PUC-Rio, como uma universidade confessional, se empenha no aprendizado dos valores humanos e da ética cristã e afirma (...) *o primado da pessoa sobre as coisas, do espírito sobre a matéria, da ética sobre a técnica, de modo que a ciência e a técnica estejam a serviço da pessoa humana.* (www.puc-rio.br).

A Universidade se empenha em oferecer um ambiente físico propício às atividades universitárias e conta com a colaboração de todos para a preservação e melhoria do mesmo. Acima de tudo, aspira criar um ambiente que seja fruto do calor das relações humanas entre os membros da comunidade universitária e venha a favorecer o bem-estar e o crescimento das pessoas.

⁷³ O Ciclo Básico corresponde a um núcleo integrador inicial dos alunos dos cursos de: Engenharia Ambiental, Engenharia Civil, Engenharia de Computação, Engenharia de Produção, Engenharia de Controle e Automação, Engenharia Elétrica, Engenharia Telecomunicações, Engenharia Mecânica, Engenharia Metalúrgica, Engenharia de Petróleo, Engenharia Química

A PUC-Rio possui tradicionalmente programa de concessão de bolsas de estudos e outros auxílios aos alunos que apresentarem dificuldades econômicas comprovadas. De acordo com José Carmello Carvalho (2007, p.7):

(...) a IES objeto da pesquisa já vinha desenvolvendo desde 1994, em uma região metropolitana, algumas ações inclusivas, via programas de bolsas de estudos totais e parciais, auxílios complementares de transporte, alimentação e material escolar, em prol de alunos pobres e afrodescendentes. Trata-se de uma universidade que estatutariamente se define como confessional, comunitária e filantrópica, cuja missão institucional em princípio se coaduna ao intento do ProUni. É uma IES com perfil de universidade com consolidada pós-graduação e pesquisa, com 27 cursos de graduação nas áreas de ciências humanas, sociais e técnicas (exceto pois a área biomédica), com um corpo discente de 11.200 graduandos, matriculados em um único campus, localizado em área urbana de alto IDH, mas próxima a diversas favelas de grande porte.

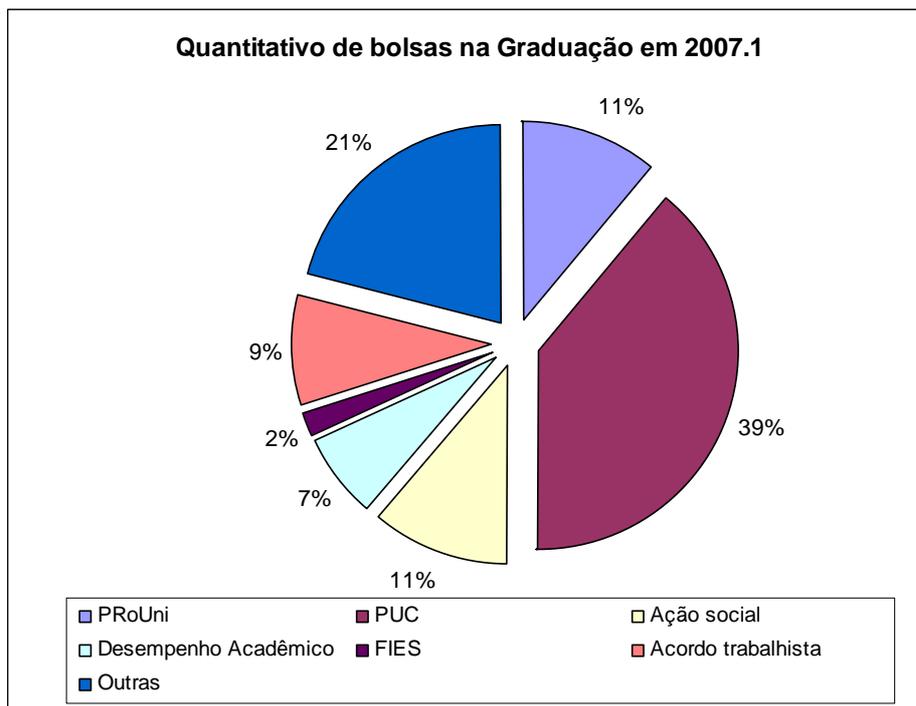
Atualmente, são oferecidos os seguintes tipos de bolsas de estudos e programas de auxílio para os alunos de graduação: *Bolsa de Ação Social*, destinada a alunos carentes para os cursos de Licenciaturas, Serviço Social e Teologia; *Bolsa PUC*, concedida pela vice-reitoria comunitária de acordo com a necessidade sócio-econômica dos alunos. Os alunos devem cursar pelo menos um semestre para se candidatar e deverão ter seus pedidos analisados pela equipe de Assistentes Sociais; *Financiamento PUC*, que consiste num sistema de bolsa reembolsável disponibilizado pela PUC; *ProUni* - Programa de Bolsas oriundas de convênio realizado com o MEC e restrito aos alunos indicados pelo Ministério de Educação⁷⁴; *Bolsa Professor Escola Particular* – Cumprindo o acordo sindical das Mantenedoras de Faculdades e Universidades Particulares, são disponibilizadas 50 bolsas de 50% para os filhos de professores destas instituições de ensino; *Bolsa PEC-G* – Programa de Bolsas para alunos de países africanos, oriundas de convênio realizado com o MEC e restrito aos alunos indicados pelo Ministério de Educação; *Bolsa de Desempenho Vestibular* – Bolsas distribuídas aos melhores colocados nos processos de seleção (Vestibular e ENEM) para ingresso na PUC. Para manter a bolsa os alunos devem cursar no mínimo 20 créditos e manter o Coeficiente de Rendimento (CR) acima da média dos alunos de seu curso, que tenham ingressaram no mesmo período; *Bolsa Pró-licenciatura*

⁷⁴ A matrícula de alunos deste programa, por força da legislação em vigor, somente poderá ser aceita por indicação do Ministério de Educação e após serem submetidos à verificação de documentos e de situação sócio-econômica. Os alunos de Relações Internacionais e Teologia deverão também ser aprovados em suas provas específicas.

– Bolsa de Desempenho Acadêmico no Vestibular destinada aos alunos das diversas licenciaturas; *Bolsas Diversas* – Bolsas destinadas a atividades específicas tais como Coral, Esporte e etc.; *Bolsas e Financiamentos de Órgãos Governamentais: Fundo de Financiamento de Estudantes do Ensino Superior (FIES⁷⁵)* e; *Bolsa PIBIC* – Programa de Iniciação Científica; Bolsa PET – Programa de Ensino Tutorial (Departamentos de Direito, Economia, Geografia e Letras); *Bolsa Prêmio*, que consiste no reconhecimento do mérito dos melhores alunos, através de certificado e prêmio de incentivo. O prêmio consiste numa bolsa de 50%, nos quatro últimos meses do semestre ou os alunos bolsistas podem optar por receber livros no valor de um salário mínimo. Todos os alunos com mais de 24 créditos curriculares (exceto os obtidos por aproveitamento de estudos) e que tenha obtido pelo menos 18 créditos curriculares no período anterior (exceto os obtidos por aproveitamento de estudos) podem concorrer à bolsa. Os critérios de elegibilidade consistem no CR acumulado do aluno e para eventuais desempates serão observados o número total de créditos curriculares, o CR do período anterior, o nº de créditos curriculares obtidos no período anterior e a média obtida nas disciplinas obrigatórias. O número de bolsas depende do número de alunos do curso ou habilitação. Cursos ou habilitações com poucos alunos podem ser agrupados por Centro.

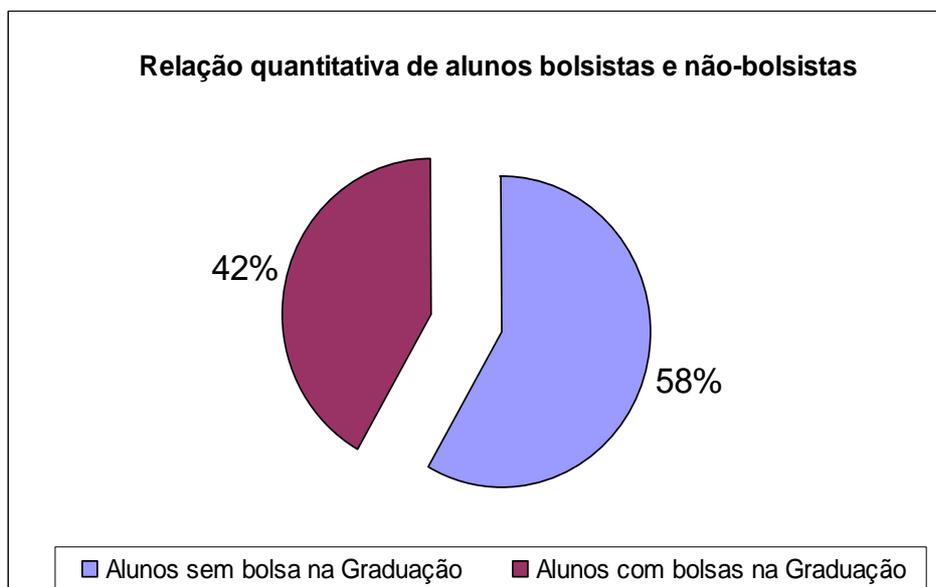
Os dois gráficos a seguir ilustram as modalidades e distribuição quantitativas de bolsas na graduação da PUC-Rio.

⁷⁵ O FIES é um programa de financiamento destinado ao aluno universitário que precisa de apoio adicional para poder arcar com os custos da sua formação. Este financiamento somente será concedido aos estudantes regularmente matriculados em curso de graduação que tenha sido positivamente avaliado pelo Ministério da Educação. A inscrição é feita através do site do Ministério da Educação (www.mec.gov.br), dentro do prazo estabelecido pelo MEC.

Gráfico 1

Fonte: Coordenação de Bolsas da Vice Reitoria Comunitária

Obs.: Em *Outras* estão incluídas as bolsas: Coral, Docente Especial, Doada, esportes, estágio, Fraterna, Institucional, Intercâmbio, Reembolsável, seminaristas e religiosos, Seminário Religioso João Paulo II.

Gráfico 2

Fonte: Coordenação de Bolsas da Vice Reitoria Comunitária

A PUC-Rio estabelece procedimentos internos para aprovação e matrícula dos candidatos ProUni pré-selecionados para a universidade:

1) Aprovação no ENEM e comprovação de que o aluno foi pré-selecionado para a PUC;

2) Comprovação das informações fornecidas ao MEC, com a documentação solicitada: carteira de identidade própria e dos demais membros do grupo familiar, podendo ser apresentada certidão de nascimento no caso dos menores de 18 anos; comprovante de residência dos membros do grupo familiar; comprovante de obtenção de bolsa de estudos integral durante os períodos letivos cursados em Instituição privada, quando for o caso; comprovantes dos períodos letivos cursados em escola pública, quando for o caso; laudo médico atestando a espécie e o grau da deficiência; comprovante de efetivo exercício do Magistério da Educação Básica, integrando o quadro de pessoal permanente de Instituição pública, emitido por esta, quando for o caso; comprovante de rendimentos do candidato⁷⁶ e dos integrantes de seu grupo familiar; contas telefônicas, de todas as linhas usadas pelo candidato e/ou por seus responsáveis; conta de luz, do imóvel em que o candidato reside; conta de gás, do imóvel onde o candidato reside; conta de água, do imóvel onde o candidato reside; recibo de aluguel ou amortização de empréstimos imobiliários, pago pelo candidato e/ou por seus responsáveis; recibo de condomínio, pago pelo candidato e/ou por seus responsáveis; recibo de IPTU, pago pelo candidato e/ou por seus responsáveis; recibo de plano de saúde, pago pelo candidato e/ou seus responsáveis.

3 - Após a comprovação dos documentos, será preenchido o formulário (eletrônico) de Solicitação de Bolsa e agendada Entrevista com Assistente Social da PUC-Rio. *Os candidatos pré-selecionados para o Curso de Relações Internacionais também farão prova de inglês no mesmo dia da entrevista.*

⁷⁶ São considerados comprovantes de rendimentos: Assalariado: os últimos 3 contracheques ou Carteira de Trabalho atualizada. Trabalhador autônomo ou profissional liberal: declaração de Imposto de Renda Pessoa Física (IRPF) e respectiva notificação de restituição ou declaração anual de isento (DAI) ou declarações tributárias referentes à pessoa jurídica vinculadas, quando for o caso; guias de recolhimento de INSS dos três últimos meses, compatíveis com a renda declarada; extratos bancários dos 3 últimos meses, pelo menos. Proprietário de empresa: declaração de Imposto de Renda Pessoa Física (IRPF) e respectiva notificação de restituição ou declaração anual de isento (DAI), declaração de Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ), bem como quaisquer outras, declarações tributárias referentes à pessoa jurídicas vinculadas, extratos bancários dos 3 últimos meses, pelo menos. Aposentado ou pensionista: os três últimos comprovantes de recebimento de aposentadoria ou pensão.

4 - Entrevista e Prova de Inglês (quando for o caso), retornando no mesmo dia à sala do ProUni para receber orientação de matrícula, caso tenha sido aprovado.

A PUC – Rio possui em seu organograma institucional o setor de Serviço Social - vinculado a Vice-Reitoria Comunitária -, que realiza entrevistas, estudos sócio-econômicos e acompanhamento social dos diversos alunos bolsistas.

A PUC-Rio amplia o seu percentual de alunos bolsistas a partir de sua adesão ao ProUni, além de o mesmo propiciar uma maior diversificação de ofertas de bolsas de estudo, garantindo a inclusão de alunos bolsistas em cursos tradicionais e elitistas.

A Universidade possui, ainda, o Fundo Emergencial de Solidariedade da PUC – Rio (FESP) criado em 1997 pelo Centro de Pastoral Anchieta, configurando-se como um programa de distribuição de benefícios – como vale-transporte e vale-alimentação – com a proposta de garantir a igualdade de acesso às oportunidades de educação e permanência dos alunos bolsistas na universidade.

De acordo com Sena (2004) o FESP foi criado em função de dois fatores, interligados e complementares entre si: a situação do Palace II, quando um grupo de funcionários e professores se mobilizou para a criação de um fundo de ajuda as vítimas. Com o excedente de recursos foi criado o Fundo Emergencial de Solidariedade da PUC- Rio. Assim, o fundo inicialmente atendia aos alunos vítimas do incidente e, posteriormente, começou a ser destinado aos alunos de camadas sócio-econômicas baixas; o FESP também surge a partir da preocupação de uma freira, que realizava graduação em teologia na PUC-Rio, com uma criança em situação de fome e vulnerabilidade social. Conseqüentemente, ela conversou com a Pastoral sobre a possibilidade de a mesma receber diariamente um lanche.

A FESP possui como fonte de financiamento algumas instituições, como as seguintes: Associação Nóbrega de Educação e Assistência Social (ANEAS) – antiga Sociedade Brasileira de Educação (SNE) – instituição filantrópica, sem fins lucrativos, orientada para a formação do ser humano através da educação e assistência social; e de empresas como a Omo e a Souza Cruz.

O FESP possui diversos auxílios fixos – vale transporte, vale refeição e Serviço de Psicologia Aplicada (SPA) – e auxílios variáveis – vale fotocópia, aulas de inglês, auxílio moradia, aulas de informática, Instituto de Odontologia da

PUC (IOPUC), Núcleo de Orientação e Apoio Pedagógico (NOAP) e Rodas de Leituras do Departamento de Letras.

Os alunos bolsistas se inscrevem na FESP e, posteriormente, passam por uma entrevista, quando é realizado o estudo sócio-econômico e avaliada a necessidade de inclusão no FESP. Sena (2004) relata que a demanda é muito superior à quantidade de vagas e benefícios, sendo constituída uma “fila de espera”. Segundo a autora, em 1997, eram atendidos noventa alunos pelo FESP e em 2004 cerca de 620 alunos bolsistas beneficiários⁷⁷. A seguir destacaremos algumas características da Universidade Castelo Branco.

6.1.2 Universidade Castelo Branco (UCB)

O Centro Educacional Realengo - CER, Entidade Mantenedora da Universidade Castelo Branco - UCB, teve sua origem no Centro de Estudos Universitários Paulo Gissoni, fundado em 7/3/1971. Conforme decisão da Assembléia Geral Extraordinária, realizada no dia 23/2/1973, a Entidade passou a denominar-se Centro Educacional de Realengo, instalando-se na Av. Santa Cruz 1.631, Realengo, na cidade do Rio de Janeiro.

Os primeiros cursos superiores foram autorizados a funcionar com a criação da Faculdade de Educação, Ciências e Letras Marechal Castelo Branco, no dia 9/10/1973, e da Faculdade de Educação Física da Guanabara, em 7/11/1973. Em 1976, as duas faculdades passaram a constituir as Faculdades Integradas Castelo Branco - FICAB, com a aprovação do Regimento Unificado pelo parecer CFE n.º 2903/ 71, de 1º/7/1975, seguindo-se o reconhecimento em 15/12/1976 dos cursos que foram instalados inicialmente. Com a implantação das FICAB, começa o desenvolvimento das instalações em Realengo. (www.castelobranco.br). Nos anos seguintes, até o final da década de 1980, foram criados os cursos de Matemática, Pedagogia, Fisioterapia, Serviço Social, Administração e Informática.

⁷⁷ Segundo informações da FESP em 2007 foram atendidos 830 alunos sob diversas modalidades.

A instalação oficial da UCB ocorreu no dia 4/1/1995, após a publicação da Portaria Ministerial n.º 1834 no Diário Oficial da União, no dia 29/ 12/ 1994; e novos campus são criados, respectivamente: Penha, em 1996; Recreio, em 2003 e Santa Cruz em 2006.

A UCB implementa projetos diversos de extensão que, por um lado, atendem às população das comunidades adjacentes à universidade e, por outro, capacitam estagiários dos diversos cursos envolvidos.

A Universidade Castelo Branco se propõe a ter como missão institucional a formação de profissionais para as diferentes áreas de saber, fundamentando suas ações numa perspectiva de utilização dos conhecimentos nela adquiridos e aprofundados, em seu conjunto, na solução dos problemas da sociedade, na promoção da cultura, nos avanços da ciência e da tecnologia, sempre pautando a formação dos profissionais dela egressos em princípios humanísticos, éticos e de pleno exercício da cidadania. De acordo com o Documento Institucional “Manual do Aluno” (p.9), a UCB ainda possui como objetivos:

- Estimular a formação continuada e criar mecanismos que possibilitem a concretização dessa formação em todos os níveis;
- Incentivar e apoiar a investigação científica e tecnológica, visando ao desenvolvimento da ciência e da tecnologia e ao melhor conhecimento dos problemas do mundo atual, em particular os nacionais e regionais;
- Promover a divulgação da produção científica e tecnológica, visando à difusão das conquistas e dos resultados das pesquisas geradas na instituição e ao enriquecimento desses resultados, através de debates e intercâmbios com a comunidade científica, os setores produtivos e os diversos segmentos da sociedade civil;
- Desenvolver a extensão, visando à melhor integração universidade/ sociedade, à colocação dos saberes e das práticas profissionais a serviço da comunidade e à construção de um saber novo oriundo dessa interação.

Em seu *site* na internet, a IES destaca algumas de suas características voltadas ao Plano Nacional de Graduação e de Pós-graduação, a UCB procura desenvolver uma formação graduada e pós-graduada que não se restrinja à simples profissionalização, estrita e especializada, mas que propicie também a aquisição de competências de longo prazo, o domínio de métodos analíticos, de múltiplos códigos e linguagens, de uma mentalidade científica, de uma qualificação

intelectual suficientemente ampla e abstrata para constituir, por sua vez, base sólida para a aquisição contínua de conhecimentos. (www.castelobranco.br).

A UCB não possuía um programa sistematizado de bolsas de estudo anterior ao ProUni. Historicamente, a universidade sempre disponibilizou bolsas para alunos atletas, vinculados ao curso de graduação em Educação Física, a funcionários e seus dependentes, e a monitores, alunos extensionistas ou que desempenhassem alguma atividade empregatícia na instituição de ensino superior.

Após esta breve apresentação do campo empírico, pontuaremos no item seguinte as percepções dos diferentes atores dos quadros gestores, dirigentes, docentes e discentes dessas IES, com relação ao ProUni em sua dimensão macro-estrutural e meso-institucional.

6.2

Dimensões de macro-análise do ProUni como política pública

Esclarecemos inicialmente que, como destacamos no primeiro capítulo, a presente pesquisa possui natureza quali-quantitativa. Nesta linha, apresentaremos nesse capítulo as percepções dos diversos atores sociais com relação às categorias e aos eixos de análise, dando ênfase à dimensão subjetiva e qualitativa. Mas, também iremos apresentar a quantidade e frequência com que as categorias se apresentam nos depoimentos dos entrevistados, destacando dados quantitativos e objetivos, que possuem o papel de complementariedade da análise.

No primeiro eixo de análise⁷⁸, numa aproximação comparativa, tanto os entrevistados da UCB como os vinculados à PUC-Rio percebem na sua maioria o ProUni como uma política pública que garante o acesso da população, historicamente excluída do ensino superior, mas a caracterizam por um viés imediatista e assistencialista, que não efetiva a democratização à educação.

Assim, 40% dos entrevistados da UCB consideram o ProUni como uma medida emergencial e assistencialista. Percebemos ainda que 20% se posicionam a favor das cotas, mas enfatizam que a mesma não é suficiente para resolver a questão da democratização da educação e inclusão social. Outros 20% destacam

⁷⁸ O ProUni como política pública de garantia do acesso ao ensino superior e inclusão social.

que o ProUni resolve a questão do acesso ao ensino superior, sem contudo viabilizar um enfrentamento aos problemas e crises do Ensino Superior no Brasil, como discutimos no capítulo 1 deste trabalho .

Já 10% consideram o programa discriminatório, enquanto outros 10% destacam que o ProUni garante o acesso da população em situação de vulnerabilidade social à universidade, respeitando os critérios de meritocracia, como revelam as seguintes falas:

Eu acho que isso é uma medida emergencial... inserir na universidade o aluno mais carente que não consegue entrar pra Federal, por questão de passado mesmo, do segundo grau dele, do primeiro grau, ele não tem base para fazer um concurso de vestibular. (Coordenador UCB nº 2)

Eu sou a favor a política de cotas, mas também tenho claro que ela não é a solução em si. Eu estou vendo a possibilidade inicial de um público que não tem acesso nenhum se preparar para que a geração futura desse público tenha uma outra possibilidade. Pelo menos, eu penso dessa forma. Eu acho que política de cotas para a vida inteira é assistencialismo. E eu acredito que o ProUni tem um tempo de vida útil. (...) Eu acho que ele é muito boa para o aluno. Para as universidades particulares, acho que precisa ser mais bem gerido em alguns aspectos. Nos aspectos de renúncia fiscal, no início do Programa, assim como outras ações desse governo, foi meio que impostas, não foram ouvidos os principais agentes do processo, que são as universidades privadas. (Gestor UCB nº 2)

No depoimento acima é apontado pelo entrevistado que o processo de desenho do ProUni não inseriu os agentes e representantes das universidades privadas. Lembramos que, no capítulo anterior, os gestores do programa no MEC e os representantes dos movimentos sociais e CONAP destacam o campo de negociações desses atores sociais.

Deste modo, percebemos um ponto de fragilidade do Programa, uma vez que as articulações foram realizadas a nível macro-estrutural, apresentando pontos de fragmentação no campo meso-institucional.

Na PUC-Rio, a maioria dos entrevistados (60%) também considera o ProUni como um programa assistencial e emergencial, que garante o acesso de grupos desprivilegiados ao ensino superior, mas que não efetiva ações a longo prazo. Já 30% ressaltam que o Programa é positivo no aspecto da garantia do acesso ao ensino superior, mas que faltam estratégias que viabilizem a permanência dos bolsistas; 10% destacam que o ProUni é uma política pública que garante o acesso ao ensino superior a uma diversidade de grupos sociais, além

de se caracterizar como uma política pública plural, à medida que articula ações da instância pública e privada.

Para ser sincera, é uma areia que o ministro de educação está jogando nos nossos olhos, porque você não está preocupada em melhorar o ensino. Preocupa-me (e a gente pode até começar a estudar isso na próxima tese de mestrado) o impacto na sociedade desses formandos, a gente vê muito aluno com formação superior desempregado, trabalhando como taxista, ou seja, uma ocupação na qual você não precisa desse tipo de qualificação. Se há necessidade de políticas que garantam o ingresso no ensino superior é porque a formação de base está fraca. (Gestor PUC nº 2)

O ProUni bagunça um pouco o trabalho realizado por universidades filantrópicas, principalmente, as jesuítas, que sempre adotaram uma política de o aluno contribuir com algo, se sentindo co-responsável. Para as universidades que não possuem programas de bolsas, ele consiste numa possibilidade de organizar a filantropia. Não basta garantir o acesso, mas tem que garantir a permanência e a inserção profissional. E não se efetivar como um sonho, que não posso realizar. (Coordenador PUC nº 1)

Os depoimentos acima evidenciam questões e temáticas que atravessam o campo do Ensino Superior, como a preocupação contínua em melhorar a qualidade dos cursos de graduação, ou seja, as políticas públicas devem estar direcionadas à ampliação quantitativa da oferta dos serviços educacionais e também a qualidade do ensino que está sendo oferecido.

Outra questão destacada se refere à necessidade de projetar ações que garantam, além do acesso e a permanência dos alunos no Ensino Superior e, ainda, a inserção no mercado de trabalho. Isso caracteriza a preocupação dos entrevistados no sentido de que nem todos os discentes bolsistas conseguem permanecer na universidade até a conclusão do curso de graduação, uma vez que a dificuldade financeira do mesmo não se restringe ao pagamento da mensalidade, mas envolve gastos com transporte, alimentação e infra-estrutura das atividades acadêmicas.

Por outro lado, a simples inserção e conclusão do Ensino Superior não garantem o acesso ao mercado de trabalho, ou mesmo, a possibilidade de mobilidade social. Os entrevistados lembram o número de indivíduos qualificados que permanecem em situação de desemprego, ou mesmo, ocupando vagas de exigência e remuneração inferior à sua qualificação profissional.

Lembramos que o conceito de *Educação* foi ampliado com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1996 (Lei n.º 9.394/ 96), sendo considerado o processo de aprendizagem e de socialização que se desenvolve nas instâncias da

família, do trabalho, da escola e em todas as outras formas de socialização. A educação é responsável pelo preparo do indivíduo para o exercício da cidadania e para o futuro ingresso no mundo do trabalho, sendo considerada como um dever do Estado e da própria família.

A educação, como direito social, passou a ter três finalidades principais, como o pleno desenvolvimento da criança e do adolescente, no sentido de ser um processo que contribui para o desenvolvimento harmonioso e progressivo do nível cognitivo e psicológico; o preparo para o exercício da cidadania, ou seja, tornar os indivíduos conscientes de sua condição básica de ser cidadão, titular de direitos e deveres. Isso coloca a educação numa posição dualizada, pois de um lado constitui num dos direitos sociais que deve ser assegurado aos indivíduos, e, por outro, num instrumento para o desenvolvimento de uma consciência crítica indispensável ao exercício da cidadania. E, por fim, a qualificação profissional, segundo a qual a educação além de informar e ensinar o indivíduo para sua vida em sociedade, passa a desempenhar um papel central na sua formação profissional. (Carneiro, 1998).

Nessa perspectiva, a educação consiste num direito de todo cidadão; logo, qualquer indivíduo tem o direito de ingressar no Ensino Superior, independente da perspectiva de inserção no mercado de trabalho.

O Coordenador PUC nº 1 também pontua que as IES filantrópicas e comunitárias já possuíam um trabalho organizado de concessão de bolsas de estudos, sendo o mesmo atravessado pelo ProUni, não sendo percebido pelos atores sociais das IES nenhuma preocupação do MEC em estabelecer um cenário de trocas de experiências ou adaptações do próprio programa frente às especificidades de cada IES.

Outro ponto destacado pelos entrevistados é o caráter individual e não coletivo implícito as cotas, ideia compartilhada por Neves & Lima (2007):

As limitações das ações afirmativas são claramente percebidas por esses críticos: elas não visam à mudança da estrutura de classes ou à repartição de renda na sociedade de uma forma mais radical. Elas buscam formar uma elite intelectual e profissional entre os grupos sociais mais desfavorecidos, na esperança de que eles se tornem elementos de mudanças mais profundas. (Neves & Lima, 2007, p. 34)

Os autores consideram, ainda, que a associação de critérios socioeconômicos na definição de cotas implicitamente admite que as dificuldades

individuais das pessoas de baixa renda não são apenas delas, mas de todo o sistema de ensino público.

Isso parece indicar que essa discussão só terá fim quando ambas as frentes forem atacadas: seja pela ampliação do debate para fora dos espaços acadêmicos e dos meios políticos que visem resolver os problemas de desigualdade da sociedade brasileira (melhoria do ensino público, ampliação das vagas nas universidades e centros tecnológicos públicos, políticas de bolsas de estudos para alunos carentes etc.). (idem, *ibidem*, p. 35).

Os autores sugerem, também, a necessidade de discutir as cotas articuladas a ações e projetos que visem resolver gradualmente as desigualdades. Caso contrário, essas ações podem se tornar apenas medidas paliativas.

Com relação a esse mesmo eixo de análise, a maioria dos alunos bolsistas da UCB e PUC-Rio consideram o ProUni uma política pública relevante e positiva, uma vez que garante o acesso dos mesmos à universidade.

No Brasil, as políticas sociais têm se caracterizado como uma das formas de intervenção do Estado no campo social, fortemente marcada pelo assistencialismo, favorecendo uma atuação sobre as mais diversas expressões da questão social, a partir de uma dimensão compensatória de lidar com as carências e os problemas da população, não modificando as determinações estruturais e conjunturais da miséria. Esse caráter assistencialista das políticas sociais configurou-se através de atendimentos prestados à população, a fim de garantir as suas necessidades básicas, na forma de benefícios oferecidos pelo Estado, caracterizando-se, em certas conjunturas, sobretudo, pela forma populista e benevolente que mantém em relação às classes populares, distanciada, portanto, de uma ação que enfatize o campo dos direitos sociais. Nesse sentido, Sposati (1995) destaca:

É o mecanismo assistencial que configura a exclusão enquanto mantém o trabalhador na condição de assistido, beneficiário ou favorecido pelo Estado e não o usuário, consumidor e possível gestor de um serviço a que tem direito. Mas, contraditoriamente, ao excluir, inclui, enquanto forma de atendimento das suas necessidades sociais na sociedade capitalista. (Sposati, 1995, p. 29).

A autora destaca a contradição implícita da Política Social, uma vez que ela alterna processos de inclusão e exclusão em relação aos bens e serviços que são gerenciados pelo Estado. Em outros termos, as políticas sociais são excludentes, na medida em que são focalistas e restritivas, não atingindo toda a população que necessita desses serviços, mas, por outro lado, as classes sociais menos

favorecidas vivenciam as políticas sociais como um espaço de acesso aos benefícios e uma possibilidade de luta pela expansão dos seus direitos.

Deste modo, o assistencial, embora funcione como uma forma de intervenção do Estado a favor das classes dominantes e dos seus próprios interesses, é percebido pela população como uma expansão da sua cidadania e dos seus direitos. Consequentemente, as políticas sociais funcionam como um espaço de contradições, que permitem o avanço das lutas populares e, simultaneamente, a amenização dos conflitos sociais. Essa dualidade é observada nos dados apresentados a seguir e nos depoimentos dos alunos bolsistas ProUni.

Na PUC - Rio, 50% dos discentes consideram que o ProUni é uma política pública que garante o acesso ao ensino superior; 19% consideram o programa como uma medida paliativa; 14% relatam que o programa proporciona a democratização da educação superior, possibilitando a inclusão social; 12% consideram que o programa favorece uma maior diversidade do ensino superior; e 1% dos alunos não responderam a essa questão.

É uma política interessante. É muito importante porque trouxe à baila a discussão racial, das desigualdades sociais, de forma mais consistente para a sociedade. Também tem se mostrado eficiente, no sentido de estar facilitando o ingresso de milhares de jovens com muito potencial e que acabariam desistindo de prosseguir nos estudos por não conseguirem a vaga nas universidades públicas. Contudo, ainda é uma política incompleta, no sentido de que é preciso investir na educação pública – do ensino fundamental ao médio – concomitantemente a esta política de inclusão. Também é necessário investir nas próprias universidades públicas. (Discente PUC nº 062)

Como assistencialismo efetuado de forma não ideal. Porém é a melhor forma de se dar oportunidade de ensino superior para vários brasileiros, enquanto se investe na melhoria de qualidade e contingente do ensino público. (Discente PUC nº 2014)

Um meio de democratizar o acesso à universidade, que não deve ser o único caminho, apenas uma medida em curto prazo, pois, a longo prazo, as estruturas do ensino público precisam ser modificadas. (Discente PUC nº 039)

Vivemos em um mundo de profunda desigualdade social, onde países, como o Brasil, sofrem mais diretamente os efeitos negativos desse processo. A ampliação da economia informal, a migração de populações para os grandes centros em busca de oportunidades, a proliferação de favelas, a exaustão dos serviços públicos nos grandes centros (hospitais, segurança, limpeza urbana, transportes, escolas) são exemplos dos resultados negativos dessa desigualdade. (Discente PUC nº 080)

Percebemos nos depoimentos acima a clareza dos alunos da PUC-Rio em relação ao fato que, apesar de o ProUni garantir o acesso ao ensino superior, isso não caracteriza a democratização da educação ou mesmo a inclusão social dos mesmos, uma vez que os problemas no âmbito educacional, para serem resolvidos, exigem a efetivação de políticas públicas integradas. Entretanto, eles reforçam a concepção de que o ProUni a nível imediato possibilita o seu acesso a uma possibilidade de qualificação profissional.

Os alunos bolsistas ProUni da UCB em sua maioria – 91% - consideram o Programa positivamente, pois através do mesmo conseguiram se inserir na universidade e ter perspectivas futuras de inserção no mundo do trabalho. Destacamos ainda que 4% dos alunos consideram que o programa contribui para a inclusão social; e a existência de um percentual residual de respostas que destacam que o ProUni:

- É uma medida paliativa, que não faz o enfrentamento ao problema do ensino superior no Brasil (1%);
- Organiza e melhora a aplicação dos impostos das instituições de ensino superior privadas (1%);
- Contribui para a diminuição das desigualdades sociais (1%);
- Viabiliza a democratização do ensino superior, mas ainda possui limitações (1%);

Já 1% dos alunos bolsistas ProUni não responderam a essa questão, sinalizando uma possível ausência de debate e reflexões sobre a mesma, ou até falta de clareza com relação ao eixo temático.

Percebemos nos alunos da UCB a ausência de um olhar de totalidade para o Programa, no sentido de situá-lo no campo de debates da política pública, apenas ressaltando os benefícios individuais referentes ao ingresso no Ensino Superior. Como revelam as falas abaixo:

Na medida em que estar em uma faculdade abre muitas portas para o aluno, faz o mesmo crescer, olhar o mundo de forma diferente. Fato que não aconteceria caso não houvesse tido oportunidade. O acesso ao ensino superior é a possibilidade de tornar-se um excelente profissional e de crescer como pessoa. (Discente UCB nº 288)

O ProUni viabiliza a inclusão social no momento em que propicia ao cidadão a oportunidade de seguir uma carreira sólida capaz de proporcionar uma vida digna, tornando-o reconhecido dentro dessa sociedade. (Discente UCB nº 400)

Como uma política de acesso ao ensino superior, o ProUni tenta minimizar os efeitos negativos da disputa injusta ao acesso à universidade pública. (Discente UCB nº 401)

Outra questão observada na análise destes dados é a associação das categorias Educação, Cidadania e Democracia. No último depoimento, o aluno coloca em debate a interface entre universidade pública e privada, pontuando o ProUni como uma política pública compensatória no sentido de garantir a inclusão daqueles que permanecem excluídos do Ensino Superior Público.

Lembramos que, até a década de oitenta, a Educação não era vinculada à cidadania. Nesse período, em função das lutas e movimentos sociais e do processo de redemocratização do país, começa a se questionar qual a função da escola e qual o vínculo entre *Educação* e *Cidadania*, sendo a categoria cidadania associada à idéia de participação e a uma perspectiva crítico-social. Segundo Ribeiro (2001, p.63) a palavra *cidadania* vem da origem do latim, relacionando-se ao habitante da cidade: *Este cidadão é, em sua origem, o burguês, aquele que habita os burgos (cidades) no período do feudalismo. A noção de cidadania, dessa forma, está ligada à ascensão da burguesia e, conseqüentemente, do capitalismo.* Nesse sentido, o cidadão é oriundo das cidades, fazendo parte do contexto das relações vivenciadas na sociedade. De acordo com Ribeiro (2001) esse sentido etimológico da palavra sugere a noção de que a vida na cidade exige o saber sistematizado e uma certa polidez.

É nesse contexto que surge a educação, a partir do século XIX, como instrumento de acesso à cultura letrada, auxiliando o indivíduo a agir segundo convenções sociais, denominados direitos e deveres do cidadão. Logo, caberia à educação contribuir para a formação do cidadão dentro do princípio de que todos são iguais, devendo ter acesso ao conhecimento científico. Os alunos bolsistas destacam que através do acesso ao ensino superior estão ampliando seus conhecimentos, perspectivas e alcançando maiores possibilidades de inclusão no mundo do trabalho e na vida social. De acordo com Arroyo (2001, p.45):

A LDB tem uma coisa que é maravilhosa (tem poucas, mas uma que vale toda LDB) que é: primeira coisa, o artigo 1º que nos diz que devemos ter uma concepção de educação não só em termos de cidadania, não só em termos de participação política, mas uma concepção de educação alargada, ampliada. E nos diz que a educação compreende o conjunto de processos formadores que acontecem na sociedade, na família, no trabalho, na escola, nos movimentos sociais, no lazer.

Desta forma, a LDB articula-se à realidade social, percebendo que o ser humano, o cidadão, é alguém que interage e participa nos diversos espaços da vida social e política.

No segundo eixo de análise (o ProUni como política pública de democratização do acesso ao ensino superior e a meritocracia acadêmica), verificamos que a maioria dos entrevistados tanto da UCB como PUC-Rio tem um discurso dicotômico com relação às categorias “Democratização da Educação Superior” e “Mérito Acadêmico”, apontando em alguns momentos a relevância do mérito na academia em função do rigor científico e, em outros momentos, retomando o debate sobre as desigualdades sociais no cenário brasileiro e o direito a possibilidade de escolha e concorrência pela vaga no ensino superior.

Na UCB, 35% dos entrevistados reforçam a concepção de que ensino superior é um espaço de mérito e excelência acadêmica; enquanto 35% pontuam que educação superior é um direito de todos os cidadãos, sendo necessárias ações no sentido de democratizar o acesso. Já 20% destacam que a educação superior é um direito, sendo do cidadão a escolha pelo ingresso ou não na universidade; e ainda 10% problematizam que a polêmica da democratização e universalização da educação superior está relacionada ao extenso distanciamento entre o status do nível médio e do nível superior.

O ensino não é democrático... Nem Paulo Freire fala isso. O ensino não é democrático: ensina-se a quem sabe, recebe informação quem está preparado para isso. É democrático? Não é. Democrático é o acesso para isso, o acesso tem que ser livre, mas quem tem que ser admitido ou não é através do mérito. Tem que ter mérito, eu concordo que tem que ter as cotas, mas as cotas têm que vir de mérito, porque se tivesse o mérito lá no ciclo básico não necessitaria de cotas. Porque todo mundo tem mérito, todo mundo compete em igualdade e condições... Esse é o entendimento do pluralismo democrático... Não precisa de cota nenhuma. (Coordenador UCB nº 3)

Por que nós temos que fazer um curso superior? Não necessariamente, você tem que ver que você pode ter outras oportunidades de ganhar dinheiro, de se realizar enquanto pessoa. Quantas pessoas fazem engenharia e se tornam motorista de táxi, caixa de banco. Isso é o que? Isso é dinheiro, é um investimento que foi feito e não tem retorno. Agora quem é que quer discutir isso desse jeito que a gente está falando aqui? Não interessa, não dá voto! (Coordenador UCB nº 5)

Com relação ao primeiro depoimento, destacamos o caráter liberal da argumentação de que todos os indivíduos estão no mesmo patamar de igualdade quando temos clareza das desigualdades sociais, culturais e econômicas. Daí a importância – como trabalhamos no capítulo anterior – de associar ao mérito o caráter de qualidade social.

No segundo depoimento, o entrevistado questiona o fato de que nem todos os indivíduos possuem aptidões para o Ensino Superior, porém não realiza a reflexão de que enquanto cidadãos todos possuem direito ao acesso e a opção referente à sua escolarização.

Ribeiro (2001) destaca um ditado popular citado por Saviani (1986) para ressaltar que, nessa ótica, o papel da educação seria o de identificar as aptidões nos indivíduos:

É nesse momento que Saviani introduz o ditado popular: “O que seria do amarelo se todos gostassem do vermelho?” (1986:78). Em outras palavras, no sentido educativo, o que seria da sociedade se todos quisessem ser doutores? A sociedade necessita de vocações diferenciadas. As cidades precisam de trabalhadores manuais e intelectuais: médicos, lixeiros, advogados, pedreiros, etc. (Ribeiro, 2001, p.66).

Por outro lado, a educação enquanto direito e política pública – status jurídico obtido com a Constituição Federal Brasileira de 1988 – deve ser universal, tendo os indivíduos que disponibilizarem das condições de acesso aos diversos segmentos educacionais.

Na PUC, 40% dos entrevistados reforçam a concepção de que a educação superior é um espaço de mérito; logo, ressaltam que nem todos os indivíduos deveriam ter acesso à universidade. Alguns desses entrevistados ressaltam a desvalorização do ensino médio e que no cenário brasileiro é cada vez maior a quantidade de pessoas que buscam, através de um diploma universitário, a inserção no mundo do trabalho. Esses alunos muitas vezes não possuem habilidade para as atividades extensionistas e de pesquisa, que caracterizam a vida acadêmica.

Educação é direito de todos, mas o ensino superior é uma questão de meritocracia. O ensino superior não pode continuar respondendo pela baixa qualificação e restrições dos cursos técnicos. Ou seja, existem pessoas que se capacitarão nos cursos técnicos e outras que possuem mérito de ingressar na vida acadêmica. (Coordenador PUC nº 1)

Outro grupo de entrevistados – 20% - destaca a importância de programas como o ProUni, que garantem a possibilidade de democratizar o ensino superior, ressaltando a questão da justiça e equidade social; 10% ainda ressaltam que educação é um direito universal que não foi efetivado, daí a relevância de ações que garantam a democratização.

Eu acho que me parece mais uma questão de justiça, de equidade. Acho que para você fazer com que o aluno, que teve dificuldade ao longo de todo o processo educacional, tenha acesso a esse benefício, que é o ensino superior, você tem que fazer com que esse cara tenha condições de chegar e completar, por mérito, o ensino superior. E isso envolve um investimento na educação básica e, enfim, no ensino fundamental e médio. (Coordenador PUC nº 4)

A igualdade de educação para todos é proposta que caducou. Então eu acho que tem uma diferença histórica muito grande, eu acho que a gente tem um compromisso com determinado segmento da sociedade de inseri-lo no campo da educação superior, mas eu acho que isso não pode ser visto como uma exceção, porque eu acho que eles não são exceção. O que é mérito? Mérito de que e para quê? Para que sejam preenchidas questões que são exigidas por uma sociedade também hegemônica. Tem uma pessoa que fala uma coisa muito interessante que é o Vice Reitor da Comunidade, ele diz: se vocês estão avaliando o que é mérito então mude o vestibular, *se for perguntar para esse aluno oriundo de comunidade onde fica o Lupa, como se posiciona o soldado da guarda Inglesa, se isso for mérito, isso for cultura ele está fora, agora se você pensar em outras questões que não estão na escola, que não são ensinadas na televisão nem nada então a questão mérito, ela muda...* Mérito de quê? Mérito para quê? Então, eu acho que a discussão mérito é qual é o conhecimento que a universidade está dando valor? Que mérito é esse que se avalia um aluno da classe média brasileira ou da classe A, que tem computador desde que nasceu, que tem bons livros, com tudo que tem direito, bons médicos, bons terapeutas, bons psicólogos. Tudo. Viagens para Europa. E você tem um que nunca ligou um computador, porque ele nunca teve um. A questão de acesso à biblioteca é super complicada, ele nunca foi porque no bairro dele tem não. Tem cinema, e assim mesmo quanto tem, é um lazer caríssimo. Então, que mérito é esse? Como é que se pode avaliar isso? Essa questão, ela é muito questionável, mais do que qualquer outra questão... (Coordenador PUC nº 7)

Vinte por cento dos entrevistados ressaltam que a educação superior é um direito universal, mas que deve ser mantido o critério meritocrático, destacando que a oportunidade tem que ser equitativamente dada a todos, tendo a permanência de exames como o vestibular e ENEM para verificar as habilidades e competências desses alunos; 10% não responderam a essa questão, trazendo a justificativa de não conhecerem esse debate.

Permitir o acesso a todos é uma questão de responder aos direitos e as pessoas que têm diferenças. Eu tenho aluno que eu acho que a gente força a barra para que ele cumpra as exigências. Eu percebo que a vocação dele não é essa, esta fazendo pleno esforço. Quero mostrar é o seguinte: a pessoa busca o caminho, então, você

tem que deixar aberto e não dar formação intelectual, uma coisa que possa discriminar as pessoas, uma coisa que eu sinto nas famílias: o fulano que estudou e se tornou um intelectual fica sendo mais valorizado do que aquele que quer ser eletricitista. Deixa ele ser técnico de eletricidade, a sociedade vai pagar menos, pode ser que vai pagar mais, vai pagar muito bem um técnico de computadores. Mas o intelectual se sente mais importante. (Coordenador PUC nº 6)

O termo meritocracia refere-se a uma das mais importantes ideologias e ao principal critério de hierarquização social das sociedades modernas, que permeia as dimensões de vida social no âmbito do espaço público. Nesse sentido, a meritocracia pode ser caracterizada pelo reconhecimento público da qualidade das realizações de um indivíduo, podendo ter uma dimensão positiva e uma dimensão negativa. De acordo com Barbosa (2006):

No caso específico, trata-se, para começar, de uma palavra quase “escondida” na língua portuguesa. Meritocracia é pouco utilizada no falar cotidiano e não parece no maior e mais popular dicionário de nossa língua, o famoso *Aurélio*. Essa sua condição de “escondida” permanece quando migramos do vocabulário, da língua, para a dimensão conceitual. Nesta, a meritocracia aparece diluída nas discussões sobre desempenho e sua avaliação, justiça social, reforma administrativa e do Estado, neoliberalismo, competência, produtividade etc., e nunca de forma clara e explícita. E, para culminar, não há, do ponto de vista histórico, quase nenhuma preocupação da sociedade civil com essa questão, tampouco trabalhos e pesquisas sobre o tema. (Barbosa, 2006, p.21)

Numa dimensão negativa, a meritocracia refere-se a um conjunto de valores que rejeita qualquer forma de privilégios, valorizando as pessoas independentemente de suas trajetórias e biografias sociais. Ou seja, a meritocracia não atribui importância à posição social, econômica e política. Por outro lado, o critério básico de organização social deve ser o desempenho das pessoas, isto é, as habilidades, talentos e esforços individualizados, sendo caracterizada como a dimensão afirmativa da meritocracia.

A discussão sobre meritocracia ficou mais evidente com a disseminação da ideologia neoliberal, que colocou em xeque os valores associados ao Estado de Bem Estar Social, caracterizando o homem como reativo, acomodado, esperando a ação do Estado; enquanto o critério de meritocracia caracteriza um tipo de homem autônomo, competitivo, empreendedor, colocando nos ombros dos indivíduos a responsabilidade exclusiva pelos resultados de sua vida. Nesse sentido, segundo Barbosa (2006): *Por essa lógica, o progresso e o fracasso das*

peças são vistas como diretamente proporcionais aos talentos, às habilidades e ao esforço de cada um, independentemente do contexto. (p. 26)

É importante destacar que a lógica da meritocracia não está ausente no chamado Estado de Bem Estar Social. Entretanto, nesse contexto, havia a preocupação com políticas sociais e ações desenvolvidas à sociedade no sentido de regular a maneira desigual com que as variáveis históricas afetam os resultados individuais.

A ênfase no individualismo coloca o sujeito na condição de único responsável pelo seu destino. Para Barbosa (2006):

Embora associada no senso comum e no discurso político às sociedades individualistas, igualitárias e modernas, a meritocracia sempre foi objeto de debates nas sociedades complexas como um todo, mesmo nas hierárquicas e tradicionais. Ao contrário do que a discussão atual nos fez acreditar, as sociedades complexas sempre enfrentaram o dilema de escolher entre o mérito, a antiguidade e o *status* hereditário na hora de se organizarem social e administrativamente. Ou seja, do ponto de vista histórico, a meritocracia não é atributo das sociedades modernas. Mais ainda, o reconhecimento secular de que a capacidade individual é aleatoriamente distribuída entre os diferentes segmentos sempre esteve presente nas sociedades hierárquicas e tradicionais, sem que isso conduzisse a uma concepção igualitária de sociedade. (Barbosa, 2006, p. 29)

Diferentes esferas das sociedades democráticas, como empresas públicas e privadas, universidades e outras organizações, são geridas a partir da análise e aferição do desempenho individual de seus integrantes.

A lógica meritocrática não computa a existência de desvantagens ou de bons desempenhos anteriores: se os indivíduos estão juntos, competindo numa determinada instância, o fato de “chegarem lá” já nivelou todos, independentemente das desigualdades de oportunidades anteriores, e a responsabilidade das agências é apenas assegurar a igualdade de condições naquela situação dada. O objetivo é igualdade de condições somente antes da competição, e não depois dela. (Barbosa, 2006, p. 34).

Os entrevistados destacam a dicotomia entre meritocracia e democracia, apresentando a concepção que antes de avaliar o mérito é necessário oferecer as mesmas condições de competitividade. Barbosa (2006) lembra que o primeiro passo da meritocracia consiste em garantir igualdade de condições para a competição, ou seja, o sistema deve ser democrático e aberto a todos e num segundo momento é estabelecido processos de avaliação referente ao desempenho.

Desempenho que deve estar associado a uma dimensão de historicidade e totalidade, num sentido de valorização da trajetória cultural e social dos indivíduos e não meramente de imposição de modelos de conhecimento ou padrões de produção intelectual.

No terceiro eixo de análise (o ProUni como política pública e a interface entre o setor público e privado), verificamos que a maioria dos entrevistados aponta o problema da falta de investimento na educação pública, tanto no sentido de ausência de investimentos nas instituições de ensino superior da rede pública, como da rede privada.

Dos entrevistados na UCB 40% argumentam que o Estado deveria fortalecer a Educação Superior Pública; 20% destacam a falta de incentivos do Estado nas universidades particulares, principalmente, no aspecto de fomento à pesquisa.

Já 20% consideram o ProUni como uma estratégia do Estado otimizar as verbas; 10% percebem o ProUni como uma espécie de privatização do ensino superior e ainda 10% não veem resultados na interface entre o setor público e privado.

O governo não investe na faculdade particular. A gente consegue ter verba de pesquisa? Então, ele não investe na faculdade particular. Eu acho que eles inventam uma burocracia tremenda, eles ficam lá nas coxias inventando as características que correspondem aos modelos que eles têm... E a universidade particular caminha com suas pernas e às vezes de uma forma muito dolorosa. (Gestor UCB nº 2)

Tem alunos aqui com perfil de pesquisa científica e a gente não tem nenhuma verba. Qual a diferença desse aluno para o outro aluno? Não é uma coisa democrática. Eles deveriam pensar que da mesma maneira que uma universidade pública recebe essa verba para pesquisa, aqui também deveria ter. (Coordenador UCB nº 6)

Os entrevistados ressaltam as limitações da UCB no sentido de se caracterizar como uma universidade privada que investe na dimensão do ensino, não valorizando os espaços de pesquisa. Destacam, ainda, a falta de apoio dos órgãos de fomento à pesquisa e a ausência de infra-estrutura e espaços que possibilitem a qualificação profissional dos discentes. É importante ressaltar que, implicitamente, os entrevistados pontuam a importância da pesquisa no processo de formação acadêmica e profissional.

Na PUC – Rio, 60% dos entrevistados destacam que o problema do ensino superior não se encontra na proliferação ou investimento nas universidades particulares, mas na falta de incentivo e investimentos na educação pública; 30%

ressaltam a importância da caracterização de pluralidade da Política Educacional, sendo importante investir em instituições de ensino superior pública e privada; e ainda 10% destacam que o ProUni caracteriza o processo do Estado transferir suas responsabilidades sociais para a instância privada.

Eu acho que o Governo Federal empurrou a conta para as universidades particulares, que tiveram que reorganizar sua filantropia e reservar bolsas para alunos de baixa condição sócio-econômica, enquanto as universidades públicas permanecem sem investimento. (Gestor PUC nº 3)

Eu digo o seguinte, que na Suécia você pode escolher se quer ter nível superior ou não... Agora no Brasil, o diploma é considerado uma forma de você sair da opressão. A busca de oportunidade é uma coisa desenfreada. E aí as escolas “caçaníqueis” se aproveitam disso, tentando vender facilidade... Quanto na verdade, esse diploma não vale nada no mercado de trabalho. (Coordenador PUC nº 4)

Os depoimentos destacam o questionamento referente ao investimento que o Estado realiza nas IES privadas em detrimento da expansão do Ensino Superior Público. Devemos lembrar, entretanto, que os entrevistados fazem distinção entre as IES privadas, que apresentam um trabalho e trajetória de qualidade e as IES privadas, que se caracterizam como instituições mercadológicas e fazem da educação um produto e do aluno, um consumidor.

O que eu acho é que nós devemos combater privilégios, mas ao mesmo tempo a destinação do recurso público deve ir para onde vai dar melhor resultado. Se você tiver universidades bem equipadas, mas com capacidade ociosa, então, por que não encaminhar pessoas que iriam pra a pública pra esse espaço ocioso que sobrou? Então, não se trata de salvar ou privilegiar a universidade particular, mas se trata de somar com ela. Claro que eu sou contra tirar recursos da universidade pública para investir na privada. Eu acho que na universidade pública os alunos sofrem muito, por causa das greves, por que você se matricula e fica quase seis meses sem aula, a universidade está jogada, mal administrada, todos fazem greve, os funcionários atendem mal, a secretaria está sempre fechada, quando abre, eles atendem mal, tem uma mentalidade do empregado público que desmoraliza o serviço público, tem que investimento na consciência moral e profissional desse funcionalismo público, porque eles deviam valorizar o próprio serviço, porque eles são servidores públicos. Mas a mentalidade é: eu vou ganhar um emprego, lá eu vou “conquistar direitos, que nunca mais vão ser tirados”... e vou fazer como aquele que passa o dia na prefeitura se abanando e não atende. Voltando ao ProUni e à questão da destinação do recurso público, os recursos são do povo, onde o povo for mais bem tratado é para lá que tem que seguir o recurso, ela vai para a universidade pública, ela gasta um monte de dinheiro, meus colegas ficam lá ganhando um bom salário. Eles vão estudar na Europa, não tem obrigação de dar aula, eles se aposentam com cinquenta anos e se re-contratam e ganham dobrado. Isso é um privilégio e eu sou contra isso, a destinação que vai para particular para onde for contando que estejam atendendo os rapazes e as moças que estão buscando informação... Eles têm direito à melhor qualidade de informação. (Coordenador PUC nº 6)

No Brasil, a multiplicação das instituições de ensino superior privadas foi extraordinária na década de noventa, elevando-se seu número a cerca de 90% do total. Em contrapartida, mais de 90% da pesquisa produzida no país são frutos do investimento público e da atividade científico-acadêmica das universidades públicas.

O debate envolvendo a questão do ensino superior como bem público ou como bem privado tem se intensificado recentemente, a partir da implantação de políticas neoliberais no final dos anos setenta. De acordo com Sguissardi (2005, p.5):

Sem pretender maior precisão, pode-se indicar que esse debate, no que concerne especificamente ao ensino superior, tem início mais evidente na década de 1980. Em documento de 1986, intitulado *Financing education in developing countries – An exploration of policy options* (WB, 1986), O Banco Mundial defende de forma exaustiva a famosa tese do maior retorno social e individual dos investimentos em educação básica que o dos investimentos em educação superior. Aliás, essa tese irá sofrer uma atualização revisora do Banco em 2000, dessa vez em documento oficialmente elaborado em parceria com a UNESCO e que se intitula *Higher education in developing countries: peril and promise* (WB, 2000), que será comentado mais adiante.

Esses documentos influenciam os países em desenvolvimento a destinarem prioritariamente seus recursos públicos à educação básica, recomendando a diminuição dos investimentos públicos na educação superior e a diversificação de suas fontes de recursos. Ou seja, são sugeridas medidas aos governos de transferência de parte dos recursos e responsabilidades do Estado, destinados ao ensino superior, para a responsabilidade dos próprios alunos e suas famílias, incentivando ainda a expansão de escolas privadas e comunitárias.

Barroso (2005) destaca que estamos num processo de recomposição das relações entre Estado e mercado, no que se refere ao fornecimento e financiamento dos serviços públicos, sendo indispensável lembrar dos princípios fundadores da “escola pública”: (...) *a universalidade do acesso, a igualdade de oportunidades e a continuidade dos percursos escolares*. (p. 13).

O autor defende a idéia de que a falência do modelo de regulação que serviu de base à expansão da escola pública do passado exige a busca de novas formas de regulação e de intervenção das políticas educativas, numa perspectiva de construção coletiva do bem comum que à educação cabe oferecer, em condições de igualdade e justiça social a todos os cidadãos.

No sentido de apontar pontos de articulação com o capítulo anterior, os atores sociais institucionais da PUC-Rio e UCB não percebem o ProUni como política pública constituída nas interfaces entre Estado e movimentos sociais. Ressaltam apenas o olhar da política social na direção de caracterizá-la como estratégia do Estado de intervenção na sociedade, no sentido de manter a ordem social.

A seguir destacaremos as percepções desses diferentes atores sociais sobre o processo de implementação do ProUni nas IES.

6.3

Dimensões de análise meso-institucional do ProUni: um olhar comparativo do campo empírico

No primeiro eixo de análise (sistematização dos programas de bolsas de estudos nas IES pesquisadas e a contribuição do ProUni nesse cenário), verificamos que os entrevistados na sua maioria pontuam que a Universidade Castelo Branco já concedia bolsas de estudos em algumas situações, mas não possuía uma estruturação previamente consolidada, sendo o ProUni apontado como uma oportunidade de distribuição, sistematização e organização do sistema de bolsas na universidade.

Já na PUC-Rio os entrevistados destacam que a universidade, por ser confessional, já possuía um sistema de bolsas sociais estruturado. Logo, o ProUni representou uma distribuição mais equilibrada e equitativa do quantitativo de bolsas, abrangendo todos os cursos de graduação da universidade. Por outro lado, alguns entrevistados destacam que o ProUni também representou uma necessidade de reestruturação das bolsas sociais, uma vez que cursos como Teologia, Serviço Social e Pedagogia quase não possuem alunos pagantes, o que inviabiliza a possibilidade de alocar mais bolsas ProUni. A solução encontrada pela universidade foi garantir a manutenção das bolsas sociais para esses cursos.

Na UCB, 65% dos entrevistados relatam que a universidade já oferecia bolsa de gratuidade para os alunos que participavam dos projetos de extensão, das atividades de monitoria e equipes de competição do curso de graduação em Educação Física. O seguinte depoimento aborda essa questão:

(...) a UCB já tem uma política de inserção social muito forte aqui na zona oeste. O PROUNI só veio acrescentar ou abrir um maior leque de oportunidades para outras pessoas já que o foco que a universidade tem é um foco de manifestação de bolsas para atletas, ou seja, muito voltada ao esporte. O PROUNI possibilita um marco nessa política. (Coordenador UCB nº 3)

Alguns coordenadores (20%) consideram o ProUni uma ampliação e organização maior da distribuição de bolsas de estudo, destacando, como observamos abaixo, que o Programa representa uma melhor perspectiva de seleção dos alunos e de sistematização dessa atividade.

Eu penso que o ProUni vem com uma perspectiva além de social, ele vem com a perspectiva de selecionar o aluno para bolsa de estudo... Com o único intuito de trazer o aluno carente e fornecer ao aluno carente a possibilidade de ter ascensão, a sensibilidade social e profissional, ele tem sua função e culpa tudo. Mas eu acho que ele procura nivelar esse candidato a universidade. Porque bolsa por si só, a carência por si só, ela meio que desqualifica esse pretendente! E com o ProUni eu acho que a gente dá uma nivelada melhor no acadêmico. (Coordenador UCB nº 4)

Ressalto ainda que 5% dos entrevistados não responderam e 10% pontuaram que o ProUni não representa nenhuma mudança para a universidade.

Na PUC-Rio 45% dos entrevistados relatam que a instituição de ensino superior já possuía um programa de bolsas sociais estruturado, apresentando o ProUni apenas uma distribuição mais equitativa das mesmas entre os cursos de graduação.

O ProUni complica inicialmente, pois a universidade tem que se reorganizar e alguns cursos como serviço social possuem 100% de alunos bolsistas sociais. Logo, a universidade acaba restringindo ou mesmo acabando com as bolsas sociais em função do ProUni. O ProUni traz uma maior diversidade das bolsas, mas a PUC já possuía um programa de bolsas estruturado. (Coordenador PUC nº 1)

A principal característica é acabar com a política anterior, é uma política que dirige as bolsas para determinados departamentos; então, havia departamentos com número enormes de bolsistas e outros departamentos com pouquíssimos bolsistas. Particularmente, a economia não tinha praticamente nenhum bolsista desse tipo. (Coordenador PUC nº 4)

Segundo os entrevistados, o ProUni não representou um aumento no número de bolsas, mas uma maior diversidade na distribuição de vagas, tendo duas consequências: a presença de alunos bolsistas em cursos de excelência acadêmica e sem tradição de bolsas sociais; e uma redução no número de bolsas sociais, que

serão mantidas pela universidade especificamente nos cursos de licenciatura, serviço social e teologia.

Agora a gente tem maior quantidade de bolsas, os alunos são empenhados, mais interessados, tem alunos muito bons, os professores em geral estão satisfeitos. A imagem tanto na cabeça dos alunos, professores e, principalmente, do público é que a PUC era uma universidade de elite... É claro que em relação a outras universidades ela tem mesmo essa característica de elite, mas é devido à qualidade do ensino e à preocupação que ela tem na formação dos alunos. (Coordenador PUC nº 2)

Observamos, ainda, que 15% dos entrevistados consideram um aumento no quantitativo de bolsas de estudo na universidade 15% acham que o ProUni reduz o quantitativo das outras modalidades de bolsas da PUC-Rio, especificamente das bolsas sociais; e 25% dos entrevistados relataram não possuir nenhuma informação e conhecimento sobre esse assunto.

Outra questão que aparece com relevância na coleta de dados na PUC-Rio está relacionada à preocupação da Vice-Reitoria Acadêmica e dos coordenadores dos cursos de graduação considerados sem tradição em bolsas sociais com a possibilidade de receberem alunos com dificuldades pedagógicas, o que poderia fragilizar a excelência acadêmica do mesmo: *E a origem dos colégios (CEFET, Pedro II, CAP) foi uma surpresa muito boa nesse sentido. Ficamos assustados inicialmente: o que será isso?* (Gestor PUC nº 2)

Outra característica singular da PUC-Rio é o atendimento e acompanhamento do Serviço Social aos alunos bolsistas ProUni, desde a entrevista sócio-econômica inicial, que tem o objetivo de verificar a necessidade da bolsa de estudos, até entrevistas de acompanhamento.

Mas o MEC também aceitou a nossa proposta de continuar com o estudo sócio econômico e em vários outros aspectos. Ele impõe, mas ele também diz que já existe a possibilidade de transferências interna e externa, mas é de acordo com a instituição. Então agente vê o que é melhor para instituição, para os alunos que estão sendo acolhidos e aí sim chega a um veredicto a gente tem atendido direitinho. (Gestor PUC nº 2)

As IES confessionais e comunitárias já possuíam uma infra-estrutura e organização do programa de bolsas sociais, vivenciando uma adaptação às novas exigências do MEC. No caso da PUC-Rio, houve a implicação de reestruturar o programa de bolsa social, proporcionando uma distribuição mais equitativa das bolsas por curso universitário.

Quanto à UCB, a inserção do ProUni proporcionou a efetivação de ações filantrópicas, possibilitando reestruturar o setor de extensão e sua articulação com o ensino e a pesquisa, descaracterizando a perspectiva de filantropia e responsabilidade social.

Com relação ao perfil dos alunos bolsistas ProUni, a maioria dos entrevistados das duas instituições de ensino superior não consideram que a inclusão de alunos bolsistas ProUni alterou o perfil ou caracterização do corpo discente do curso de graduação; pelo contrário, em alguns momentos destacam que o rendimento e dedicação do aluno bolsista é superior.

Na UCB, 50% dos entrevistados consideram que o perfil desses alunos é igual ao perfil tradicional dos alunos da universidade e, em contraposição, 40% consideram que os alunos bolsistas ProUni possuem um maior compromisso e, conseqüentemente, um melhor rendimento acadêmico: *O nosso perfil já é de um aluno trabalhador, pobre e do mesmo perfil cultural... A maioria é oriunda de escolas públicas.* (Coordenador UCB nº 1). Ou, ainda,

Muda porque a gente possibilita uma inclusão social, dentro da inclusão acadêmica, porque eu vejo quando os meus alunos do ProUni chegam aqui desesperados, porque não podem ter falta, não podem repetir... Porque não podem ter reprovação, porque senão perdem a bolsa. Isso são preocupações que o pagante não tem diretamente. Porque na grande maioria das vezes aqueles que não são os trabalhadores os que custeiam a universidade, são custeados pelos pais, eles têm uma preocupação muito menor e o aluno ProUni não. Para ele permanecer como bolsista e como beneficiado desse direito, ele precisa ter um desempenho e então não basta ele entrar. Ele tem que se manter e isso faz efetivamente com que o nível melhore. (Coordenador UCB nº 4)

Ainda observamos 5% de entrevistados que reconhecem a dificuldade pedagógica do aluno bolsista ProUni e 5% que considera que o ProUni traz uma diversificação para a universidade, uma vez que possibilita o acesso de pessoas de baixa condição sócio-econômica a frequentarem cursos de pouca tradição em bolsas sociais, como o curso de medicina veterinária.

A gente pega muito aluno com problemas no falar, no escrever, no interpretar. Então, ele não consegue interpretar um texto, tem muita dificuldade na escrita. Se a gente coloca um texto numa forma e faz uma pergunta ao contrário, já fica difícil, mas em contrapartida, são alunos mais esforçados, porque atribuem valor àquela bolsa. (Coordenador UCB nº 3)

Na PUC-Rio 35% dos entrevistados relatam que a implantação do ProUni não muda a caracterização dos discentes, até mesmo pelo fato da instituição de ensino superior já possuir programa de bolsas sociais: *O ProUni não muda o perfil dos alunos da PUC, pois a universidade já possuía alunos bolsistas inseridos nos diversos cursos de graduação.* (Coordenador PUC nº 1)

Também notamos que 25% dos entrevistados não souberam responder a essa questão, relatando que não possuem a percepção de quem é aluno bolsista, não realizando nenhum tipo de distinção entre os discentes; 20% consideram que o ProUni desencadeou uma maior diversidade de alunos, até mesmo em função da presença de alunos de outros estados brasileiros na universidade; 20% dos entrevistados destacam que os alunos bolsistas ProUni se diferenciam dos alunos bolsistas sociais, pois possuem melhor rendimento acadêmico, reforçando a dimensão meritocrática.

Porque se desejar democratizar mesmo as escolas tem que começar pela base, tem que pegar do primário para que todas as pessoas pudessem realmente competir. Mas é complicado porque você só faz depois que a desigualdade já está implantada. Claro que é isso que os professores admiram, têm alunos que demoram três horas para chegar aqui e chegam cedo e acompanham as aulas, têm muito interesse e depois eles retornam para casa e levam mais três horas, enquanto tem uns que moram perto e não acordam. A gente tem alunos que moram fora do Rio, Niterói, Petrópolis, Itaipava. Tem até linha direto de Niterói para PUC por causa do grande numero de alunos, sempre tivemos muitos. Agora com esse sistema de bolsa houve um alargamento nesse segmento. Então, têm mais pessoas agora. (Coordenador PUC nº 2)

Para nós, o que interessa é que nós tenhamos os melhores alunos do Brasil. Então, nós temos o esforço de recrutar os melhores alunos, eu trabalho nisso, começando por chegar nos melhores colégios, procurando chegar onde está o bom aluno. É esse bom aluno que a gente quer, tem toda uma maioria da população que a gente não pode nem chegar perto, por causa justamente da mensalidade, então o ProUni é a chance da gente melhorar ainda mais o nosso conjunto de aluno, se você eliminar a barreira de não poder pagar, chegam a nós alunos muito bons que de outra forma não chegariam. (Coordenador PUC nº 4)

Tanto os entrevistados da UCB como da PUC-Rio não consideram que o aluno bolsista ProUni configurou uma mudança do perfil acadêmico de seu alunado. Porém, ressaltamos que muitos entrevistados relataram desconhecer seus alunos nominalmente e a sua identificação como bolsistas.

Dentro desse eixo de análise, analisamos ainda a percepção dos entrevistados sobre o ENEM como instrumento utilizado no processo de seleção dos alunos bolsistas ProUni. Observamos que tanto os coordenadores da UCB

quanto da PUC–Rio apontam que o ENEM é um melhor instrumento de avaliação e seleção em relação ao vestibular, em função do conteúdo e forma mais articulada e estruturada.

Na UCB, 50% dos entrevistados consideram que o mesmo possui um conteúdo mais articulado, sendo até mesmo caracterizado como “uma prova mais inteligente”; enquanto 20% considera que esse instrumento não muda a lógica de seleção de meritocracia.

Os concursos de acesso à carreira têm que ser repensados como processo... Afinal de contas é um processo classificatório ou eliminatório? A gente ainda não superou essa dialética. Como nós não temos programa voltado para a educação, ou seja, nós não sabemos para que é a nossa educação? Porque senão nós mantemos o ENEM, o ProUni, o vestibular é mais o mesmo, ou seja, são avaliações meramente tácitas que não avaliam na verdade a capacidade de associação de idéias do aluno. (Coordenador UCB nº 3)

Vale ressaltar que 20% dos entrevistados não responderam essa questão, declarando não possuir opinião formada sobre a mesma, ou até dizendo desconhecer o funcionamento do ENEM. Já 10% caracterizam que, independente da natureza e metodologia do processo seletivo, é fácil entrar na universidade, sendo complexo ou difícil o processo de conclusão da graduação.

De verdade. Eu acho que tem que ser fácil de entrar e difícil de sair. Do meu ponto de vista. A gente só tem vestibular porque eu não tenho quantitativo de vagas suficiente para absorver. Só isso. Então você tem que ter um critério... Você faz vestibular, porque você não consegue absorver todo mundo, senão você não precisava fazer vestibular. Então, se o ENEM permite, ótimo. Se ele pode, se ele é um bom aluno, tudo bem, eu não tenho que fazer. (Coordenador UCB nº 5)

Na PUC-Rio, 40% dos entrevistados consideram o ENEM um melhor instrumento de avaliação comparado ao processo de vestibular, considerando a abrangência de conhecimentos gerais nessa avaliação.

Não vou dizer que é o melhor método, mas a avaliação é uma coisa que veio para ficar e que o governo está aperfeiçoando. O ENEM hoje e o ENADE são instrumentos de você avaliar o ensino, se você tem que avaliar, você tem que ter outros fatores... Eu tenho visto as provas que são aplicadas no ENEM, eu já até participei de aplicação e acho que o caminho para o ingresso..., a gente tem se preocupar mais com o potencial do que o com o conhecimento cognitivo... Não é que o cognitivo seja desprezado... (Gestor PUC nº 3)

Nota-se que 25% dos entrevistados ressaltam a importância de manutenção dos dois processos de seleção; e 15% não expressaram opinião sobre essa temática, destacando que não possuem informações sobre o ENEM.

Já 10% pontuaram em suas considerações uma preferência pelo vestibular, enquanto 10% consideram o ENEM um instrumento superior ao vestibular, pois avalia o processo de aprendizagem.

Eu sou bem favorável. Talvez, em termos da cultura brasileira, seja interessante manter as duas vias. Existem países como a Alemanha que tem o ingresso só no estilo ENEM, não existe o vestibular direto. Para o brasileiro talvez seja complicado delegar só uma via - pelo histórico do aluno - a entrada na universidade. Mas eu acho bem interessante. Diluiu... Não fica aquela questão da prova, do vestibular e valoriza também porque o aluno investe mais tempo. (Coordenador PUC nº 3)

Os alunos que têm um bom desempenho no vestibular, eles entram direto no currículo e não precisam fazer nenhuma disciplina introdutória, como cálculo e física. Os alunos com mais dificuldade entram cursando essas disciplinas introdutórias. Os alunos que entram pelo ENEM possuem média acima de sete, que é a nota de corte da PUC. Eles automaticamente entram no currículo e não fazem a introdutória... Aí eu comecei a notar que para alguns deles estava ficando muito puxado. Que apesar de eles terem uma nota boa no ENEM, eles também têm outras dificuldades... Que é a questão da moradia, do transporte, da alimentação e a preocupação de perder a bolsa, que é uma coisa que pesa muito... Quando eu recebi os alunos que vêm matriculados do ENEM, realmente eu olho a nota deles e só vai entrar direto sem fazer as introdutórias se tiver acima de oito no ENEM... O ENEM não só para esses alunos como para todos os outros tem se mostrado muito bom... Isso eu tenho acompanhado e tem estatística. (Coordenador PUC nº 5)

Observamos que tanto os gestores do MEC, representantes dos movimentos sociais, como os diferentes atores sociais institucionais consideram o mecanismo de avaliação do ENEM – pautado nas habilidades e competências – superior e mais eficaz do que o método tradicional do vestibular. Ressaltamos ainda o desconhecimento de muitos coordenadores da PUC-Rio e da UCB do ENEM como processo de avaliação do Ensino Médio e o próprio ProUni como política de ação afirmativa, apresentando em muitos momentos uma confusão ou reducionismo das ações afirmativas numa dimensão de cota.

Com relação ao item **Diversidade sócio-econômica e cultural**, a maioria dos entrevistados na PUC-Rio e UCB pontuam que não percebem uma mudança ou diferença sócio-econômica e cultural dos alunos, destacando inclusive que desconhecem quem é o aluno bolsista. Ressaltamos ainda que muitos entrevistados consideraram essa pergunta discriminatória, questionando se

enquanto coordenadores, ou mesmo professores, deveriam saber a caracterização de bolsistas e não bolsistas de seus alunos. Para os mesmos, a simples identificação já pode configurar um olhar diferenciado e uma possível discriminação.

Na UCB, 45% dos entrevistados acreditam não existir distinção entre os alunos bolsistas e alunos pagantes, enfatizando inclusive que os professores nem identificam essa especificidade; e 45% afirmam existir diversidade, como caracterizam os depoimentos abaixo:

Isso traz uma heterogeneidade na turma. A turma de enfermagem por si só já é heterogênea, porque eu tenho dois públicos que procuram o curso. E essa diferença, ao contrário do que alguns docentes poderiam até dizer que seria ruim, torna rico o educar. A experiência que um aluno que ingressa através de uma bolsa do ProUni, o que ele traz de vivência social e pessoal enriquece muito aquele aluno que vem de uma família estável, abastada. Enriquece também aquele aluno que um de um técnico de enfermagem com suas propostas profissionais já executadas, que tem já um objetivo traçado. Então, como é muito mista, é muito rica e isso é muito bom para mim como educador. (Coordenador UCB nº 4)

O perfil sócio econômico talvez não tenha mudado tanto ainda. Porque a gente já tem essa fatia do mercado e a gente já lida com bolsa-carência, a gente já tem uma fatia grande de alunos que são familiares de funcionários. (Coordenador UCB nº 2)

Vale trazer que 10% dos entrevistados da UCB relataram não conhecer os alunos bolsistas ProUni; logo, não se sentiram seguros de responder a essa questão. Já na PUC- Rio, 50% dos coordenadores entrevistados relatam não possuírem percepção das diferenças; 30% reafirmam que não conhecem e nem distinguem os alunos bolsistas ProUni; logo, também não sabem informar.

Um quantitativo de 10% relata que depois da implantação do ProUni na PUC eles percebem maior diversidade sócio-econômica e cultural; e ainda 10% reafirmam que os alunos bolsistas são mais esforçados e aplicados, o que apresenta muitas vezes diversidade nas turmas.

Não percebemos quem é aluno bolsista ProUni. Não existe essa percepção da diversidade, eles são alunos como outro qualquer.” (Coordenador PUC nº 1)

Quando tinham poucos bolsistas, a gente não percebia quem era bolsista e a tendência de se misturar era mais fácil. Esse intercâmbio todo que a gente vê aqui. A gente quase não vê os americanos se relacionando com os locais, eles vivem muito dentro do grupo deles. Quando eram poucos isso não acontecia, mas agora que vem uma quantidade muito grande e eu acho que eles não se adaptam muito. (Coordenador PUC nº 2)

Alunos ProUni versus os alunos da PUC: eles são mais aplicados, levam mais a sério o curso. É claro que não é geral, eles têm uma noção de que fizeram uma conquista muito grande e isso está fazendo muita diferença. O alunado sócio-econômico elevado nem está preocupado com prazo para cumprir, porque ele não tem bolsa e o nível de cobrança da sociedade em cima dele é menor. Estamos tendo o melhor alunado que já tivemos das escolas públicas. A verdade é essa. Porque um aluno da CAP da UERJ, do Pedro II, nunca quis vir para PUC porque ele não sabia se ia ter bolsa. Agora ele tem e é um alunado excelente. (Gestor PUC nº 3)

Nesse eixo de análise, percebemos a ausência do debate da maioria dos entrevistados com relação à distinção entre percepção das diferenças e discriminação, caracterizando um discurso velado, que oculta a presença do preconceito ou da discriminação.

No terceiro eixo de análise (as estratégias e ações implementadas pelas IES para garantir a permanência do aluno bolsista ProUni), verificamos que os diferentes atores sociais da pesquisa (coordenadores de cursos de graduação e alunos bolsistas) pontuam que a PUC–Rio possui programas e ações diversificadas de apoio ao aluno bolsista, no âmbito econômico e psicossocial. Já a UCB não oferece nenhum tipo de atendimento ou apoio a esses alunos.

Com relação ao item apoio que a instituição de ensino superior oferece aos alunos bolsistas ProUni, 35% dos entrevistados da UCB relatam que a universidade não tem nenhuma política de apoio aos bolsistas; e 35% não sabiam responder a questão.

Já 20% pontuaram que a universidade desenvolveu uma Oficina de Português para atender às deficiências dos alunos ingressantes na instituição de ensino superior, quanto à elaboração de redação e questões ortográficas e gramaticais; e, ainda, 10% relataram outros programas de apoio financeiro, no sentido apenas da garantia de bolsa.

(...) um programa pedagógico de atualização a língua portuguesa. A gente lançou esse ano um projeto que não é pro ProUni. É pra todo mundo, mas eu acredito que venha garantir um pouco daquela carência que havia dito para você da escrita. O aluno que obtém conceito baixo na redação, durante o processo do vestibular, é automaticamente inserido no programa ou ele mesmo, de uma forma voluntária, pode entrar nesse projeto de atualização. Ele vai pagar uma taxa mínima que eu acho que é de vinte, trinta reais e vai fazer um curso de língua portuguesa (coisa de vinte horas) e vai ser avaliado. Então, se ele não passa, ele tem que fazer de novo, aí o preço vai abaixando até que, se ele não conseguir passar no segundo ou terceiro momento, fica zerado. Entendeu? Ele já não paga mais nada e continua estudando. (Coordenador UCB nº 10)

Na PUC-Rio, 50% dos entrevistados relatam as inúmeras ações desenvolvidas pela instituição de ensino superior destinadas à assistência desses alunos, desde o trabalho desenvolvido pela Pastoral (FESP), caracterizado pela concessão de ajuda material referente a transporte, alimentação e xerox, o atendimento psicopedagógico do NOAP, atendimento psicológico do Departamento de Psicologia, aulas de apoio, aulas do Departamento de Letras e a própria infra-estrutura da universidade, destacando o RDC e a biblioteca.

Cerca de 30% dos entrevistados conhecem como rede de apoio da universidade apenas a Pastoral (FESP); 10% destacam que o apoio oferecido pela PUC é destinado a todos os alunos, sem especificar como beneficiário o aluno bolsista ProUni; 10% não conheciam nenhum apoio oferecido pela universidade.

Através da Pastoral, a universidade oferece ajuda de alimentação, passagem, moradia, existindo uma fila de espera de pessoas para terem acesso a essas diversas ajudas financeiras. (Coordenador PUC nº 1)

O departamento de psicopedagogia atende os alunos que agendam... É o aluno que procura atendimento psicopedagógico, em função da ansiedade ou medo de perder a bolsa. Teve, em 2006, além desse atendimento individual, no início do período para os alunos ingressantes, a formação de grupos de estudos para orientar esses alunos que vêm sem metodologia de estudar e orientações e normas da universidade. Em 2006, o grupo de estudos que se formou tinha praticamente 90% de alunos ProUni, então, acabou virando um grupo de estudo de alunos ProUni. (Coordenador PUC nº 5)

Quando a dificuldade é mais no campo psicopedagógico, nós temos o NOAP (Núcleo de Orientação Aconselhamento Psicopedagógico). Então, além do atendimento que eles fazem no NOAP às crianças aqui na rede das escolas públicas. Os alunos das escolas públicas, nós temos encaminhado alguns alunos com dificuldade de aprendizagem, de compreensão, de fala de expressão e lá esses alunos têm acompanhamento com profissionais especializados e demonstram uma melhora. Às vezes a gente percebe que o aluno tem uma dificuldade de redação, nós temos uma disciplina logo no 1º período “análise e produção de texto acadêmico”, disciplina com código “LET – Letras”, então esse semestre, nós conversamos muito. Conversamos muito com a professora, sobre que tipo de ajuda nós queríamos que ela desse aos nossos alunos, mas essa dificuldade, ela não é como as outras coisas que eu estou colocando, elas não são dificuldades específicas dos alunos bolsistas. Eu acho que a dificuldade de redação ela está na má formação do ensino fundamental e ensino médio. Isso em qualquer área em qualquer escola de, uma maneira geral, você encontra alunos com esse tipo de dificuldade. Então, a professora se entrosou muito conosco aqui na educação e fez todo um trabalho. (Coordenador PUC nº 9)

A gente tenta utilizar os serviços oferecidos da própria universidade: SPA (Serviço de Psicologia Aplicada) com o pessoal da Psicologia, o escritório modelo do pessoal de Direito, o serviço médico... A estrutura toda do RDC, que eu acho super bacana, a biblioteca... Aqui a gente incorpora mesmo. É uma rede. (Gestor PUC nº 4)

Os entrevistados apresentam a distinção característica da própria natureza das IES. Ou seja, a PUC-Rio como uma IES comunitária e confessional possui sistema de bolsas sociais sistematizado e uma série de programas de assistência e apoio aos alunos, buscando viabilizar a sua permanência. Já a UCB, em função de seu caráter privado e a ausência de tradição de programas de bolsas sociais, não possui mecanismos de apoio institucional ao aluno bolsista, considerando a própria bolsa como uma ajuda e concessão.

Antes de iniciar as análises de dimensão microssocial, destacaremos em caráter de síntese as principais considerações em cada eixo de análise deste capítulo.

Quadro 5 – Síntese das análises da dimensão Macro-estrutural

Dimensões	Eixos de análise
Analíticas	
Macro-estrutural	<p>1º Eixo) O ProUni como política pública de garantia do acesso ao ensino superior e inclusão social.</p> <p>O ProUni é considerado pela maioria dos entrevistados como um programa que garante o acesso ao Ensino Superior de populações tradicionalmente excluídas desse processo. Os entrevistados ressaltam ainda que o ProUni apresenta lacunas referente aos mecanismos de garantia da permanência dos alunos bolsistas na graduação e que não se desenha como parte do processo da Reforma do Ensino Superior, sendo considerado como uma política pública assistencialista e imediatista.</p> <p>2º Eixo) O ProUni como política pública de democratização do acesso ao Ensino Superior e a Meritocracia Acadêmica.</p> <p>Os entrevistados apresentam olhares contraditórios às categorias de “universalização do direito à Educação Superior” e “Meritocracia do Ensino Superior”, evidenciando que essas questões ainda estão em debate. Ressaltamos as percepções de alguns entrevistados no sentido de que temos que reconhecer e reivindicar os mesmos patamares de acesso ao Ensino Superior (equidade social) e manter o critério da meritocracia.</p> <p>3º Eixo) O ProUni como política pública e a interface entre o setor público e privado.</p> <p>Os entrevistados pontuam a necessidade de o Estado investir na Educação Pública e Privada, destacando a relevância do processo de avaliação dos cursos e IES por parte do MEC.</p>

Quadro 6 – Síntese das análises da dimensão Meso-institucional

Dimensões Analíticas	Eixos de análise
Meso-institucional	<p>1º Eixo) Sistematização dos programas de bolsas de estudos nas IES pesquisadas e as mediações geradas pelo ProUni nesse cenário</p> <p>Os entrevistados pontuam que a PUC-Rio já possuía um programa sistematizado de concessão de bolsas de estudos, sendo importante destacar que o ProUni contribuiu para uma distribuição de vagas mais equitativas nos cursos de graduação.</p> <p>A UCB possui bolsas de estudos apenas para alunos atletas, ou seja, concentrando as vagas apenas no curso de Educação Física. Através do ProUni a universidade organizou o processo de concessão de bolsas de estudo.</p> <p>2º Eixo) O processo de implantação e organização do ProUni nas IES.</p> <p>Os entrevistados da PUC-Rio e da UCB pontuam que o ENEM é um processo de avaliação do aluno ingressante mais eficaz do que o vestibular, na medida em que analisa as habilidades e competências.</p> <p>Quanto ao perfil dos alunos bolsistas, os entrevistados da UCB relatam que os discentes pagantes da universidade possuem as mesmas características sociais e culturais. Já os entrevistados da PUC-Rio relatam o perfil socioeconômico diferenciado entre o aluno pagante e o bolsista, mas ressalta que a universidade já convive com essa diversidade anteriormente a implantação do ProUni, em função da sua tradição em concessão de bolsas sociais.</p> <p>3º Eixo) As estratégias e ações implementadas pelas IES para garantir a permanência do aluno bolsista ProUni.</p> <p>Os entrevistados da PUC-Rio relatam positivamente a infra-estrutura da universidade e o apoio diverso (financeiro, acadêmico e psicopedagógico) que recebem e contribuem para a sua permanência no ensino superior.</p> <p>Os entrevistados da UCB pontuam a ausência de apoio institucional e programas voltados à garantia da permanência na universidade, destacando apenas ajudas e apoios de ordem pessoal.</p>